

CONDIÇÕES HISTÓRICAS DO SURGIMENTO DE UMA ELITE POLÍTICA NO BRASIL: UM DEBATE AINDA NECESSÁRIO SOBRE A DEPENDÊNCIA, O ESTADO E A COLONIALIDADE

HISTORICAL CONDITIONS FOR THE EMERGENCE OF A POLITICAL ELITE IN BRAZIL: A STILL NECESSARY DEBATE ON DEPENDENCY, THE STATE, AND COLONIALITY

Arthur Ramos da Conceição¹

Resumo: O presente trabalho analisa a ascensão de movimentos autoritários na década de 2010 e suas relações com a crise da hegemonia neoliberal haja visto o esgotamento do neoliberalismo progressista de financeirização da economia ao gerar um vácuo de representação política, favorecendo o avanço da extrema direita. O fascismo deve ser compreendido como um fenômeno resultante da crise do capitalismo, funcionando como um mecanismo de preservação da ordem social vigente. Sob uma perspectiva materialista histórica dialética, o estudo examina a formação do Estado latino-americano no contexto do sistema-mundo, destacando sua condição de dependência estrutural demonstrando como a mercantilização das relações sociais e a intensificação da extração do trabalho excedente construíram uma forma política específica. No Brasil, a constituição de redes clientelistas e das Capitânicas Hereditárias consolidou uma elite política subordinada ao capital internacional, promovendo desigualdades e uma série de violências estruturais.

Palavras-Chaves: Sociometabolismo; Formação do Estado Latino-Americano; Colonialidade do Poder; Capitânicas Hereditárias; Câmaras Municipais.

Abstract: This paper analyzes the rise of authoritarian movements in the 2010s and their relation to the crisis of neoliberal hegemony, given the exhaustion of progressive neoliberalism marked by the financialization of the economy, which generated a vacuum of political representation and favored the advance of the right. The fascism must be understood as a phenomenon resulting from the crisis of capitalism, functioning as a mechanism for preserving the existing social order. From a historical-dialectical materialist perspective, the study examines the formation of the Latin American State within the context of the world-system, highlighting its condition of structural dependency and demonstrating how the commodification of social relations and the intensification of surplus labor extraction shaped a specific political form. In Brazil, the establishment of clientelist networks and the Hereditary Captaincies consolidated a political elite subordinated to international capital, fostering inequality and a series of structural forms of violence.

¹ Graduado em História pelo Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia de Goiás - Câmpus Goiânia e membro do NEPA-EPE/IFG (Núcleo de Estudos e Pesquisas Avançadas - Ética e Política Emancipatória).
arthurramos49@gmail.com

Keywords: Sociometabolism; Formation of the Latin American State; Coloniality of Power; Hereditary Captaincies; Municipal Chambers.

A década de 2010 e a passagem para os anos 2020 têm sido marcados pela escalada e reorganização de movimentos autoritários que, quando não abertamente, se aproximam de características fascistas. Por sua vez, estes se constituem com base em sentimentos nacionalistas, o que fica claro quando olhamos os lemas de alguns dos líderes internacionais que se colocam enquanto opção deste campo político como “*Make America Great Again*” de Donald Trump e “*Deus, Pátria e Família*” de Bolsonaro. Fato é que esta não é uma movimentação nova.

Eric Hobsbawm (2007) identifica que o cenário internacional pós guerra fria, antes marcado por grandes impérios, entrou em uma era de instabilidades graças ao declínio do monopólio de forças armadas que, ao fragmentar a URSS, acabou por deixar seu armamento espalhado por vários territórios. Assim, se durante a guerra fria havia um pacto internacional de respeito às fronteiras, com a falta de um país hegemônico e desintegração do poder central as fronteiras nacionais não mais são respeitadas - o que fica claro ao acompanharmos a agenda internacional norte americana de “combate ao terrorismo e estabelecimento da democracia” em países de capital periférico que, na prática, funciona para armar milícias e grupos políticos de forma a causar instabilidades internas e permitir golpes de Estados.

Com essa nova disposição da política internacional ocorrida graças aos movimentos dos capitais globalizados, iniciou-se uma grande crise política que não é sentida em alguns territórios específicos, mas de forma a reorganizar a ordem política internacional. Assistimos, assim, ao surgimento de novos países que se apresentam como candidatos a ocupar esse vácuo de poder criado com o enfraquecimento de antigos impérios, como o caso chinês. Contudo, uma reorganização da ordem mundial nesse nível não pode ser analisada como um processo dado e/ou natural, mas deve ser visto enquanto um processo dialético de reorganização política de antigos blocos sociais em defesa de suas hegemonias. Quem busca, por meio da experiência norte-americana, mas buscando relacioná-la com experiências ao redor do mundo, identificar esses movimentos de contradições é a filósofa Nancy Fraser (2020) que percebe uma característica comum em todos estes. Para ela

Todos envolvem um enfraquecimento dramático, se não um simples colapso, da autoridade dos partidos e das classes políticas estabelecidas. É como se massas de pessoas em todo o mundo parassem de acreditar no senso comum reinante que sustentou a dominação política nas últimas

décadas. É como se tivessem perdido a confiança na boa-fé das elites e buscam novas ideologias, organizações e lideranças. Dada a escala desse colapso, é improvável que se trate de uma coincidência. Suponhamos, portanto, que enfrentamos uma crise política global. (FRASER, 2020, p. 36)

Identificando, e se apoiando em Gramsci, que efetivamente acompanhamos uma crise de hegemonia em que

Hegemonia é o termo que ele [Gramsci] usa para explicar o processo pelo qual uma classe dominante faz com que sua dominação pareça natural ao infiltrar os pressupostos de sua própria visão de mundo como sendo o senso comum da sociedade. Sua contrapartida organizacional é o bloco hegemônico: uma coalização de forças sociais díspares que a classe dominante reúne e através dela afirma sua liderança (FRASER, 2020, p. 37)

Fraser identifica que essa perda de fé nas elites tradicionais e consequente quebra de hegemonia se deu na medida em que o neoliberalismo progressista não conseguiu mais dar respostas à altura das novas demandas sociais surgidas frente à crise cíclica de reprodução do Capital, aprofundada em 2008. Assim,

O bloco progressista-neoliberal combinou um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. O componente distributivo desse amálgama era neoliberal. Determinadas a liberar as forças do mercado da pesada mão do Estado e da moenda dos “impostos e gastos”, as classes que lideravam esse bloco visavam liberalizar e globalizar a economia capitalista. O que isso significava, na realidade, era a financeirização: desmantelamento das barreiras e das proteções à livre circulação do capital; desregulamentação bancária e ampliação das dívidas predatórias; desindustrialização; enfraquecimento dos sindicatos e difusão dos trabalhos precários e mal remunerados. (...) essas políticas reduziram os padrões de vida da classe trabalhadora e da classe média, transferindo riqueza e valor para cima - principalmente para o 1%, é claro, mas também para altos escalões das classes profissionais-gerenciais. (FRASER, 2020, p. 40)

Compreender estes novos movimentos políticos de extrema direita à luz da ciência histórica nos permite abrir um diálogo para a categorização dos mesmos enquanto parte de um bojo maior que se dá dentro de movimentos fascistas. O fascismo, enquanto experiência histórica, foi já em seu tempo, identificado enquanto movimento de grupos econômicos em torno da manutenção de suas taxas de lucros e privilégios. Clara Zetkin (2019), comunista alemã que esteve à frente da criação do Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, é quem melhor consegue perceber o processo em torno da constituição deste. Para ela,

A princípio, a visão predominante era a de que o fascismo não passava de um terror burguês violento, suas características e efeitos supostamente similares àquelas do regime Horthy na Hungria. Ainda que o fascismo e o regime Horthy empreguem os mesmo métodos sanguinários e terroristas, que atingem o proletariado da mesma forma, a essência histórica dos dois fenômenos é inteiramente diferente.

O terror na Hungria começou após a derrota de uma luta revolucionária que inicialmente obteve sucesso. Por um momento, a burguesia tremeu perante o poder proletário. O terror de Horthy emergiu como uma vingança contra a revolução. O sujeito dessa vingança foi uma pequena casta de oficiais feudais.

O fascismo é significativamente diferente disso. Não é de forma alguma a vingança da burguesia contra o levante militante do proletariado. Em termos históricos, visto de forma objetiva, o fascismo apresenta-se muito mais como *uma punição pelo fato de que o proletariado não tenha sustentado e aprofundado a revolução que foi iniciada na Rússia*. (ZETKIN, 2019, p. 33 - 34)

Portanto, identifica o fascismo enquanto

(...) uma expressão da decadência e desintegração da economia capitalista e como um sintoma da dissolução do Estado burguês. Só podemos combater o fascismo se nos atentarmos para o fato de que ele desperta e arrasta consigo grandes massas sociais que perderam a segurança sobre a garantia de sua existência e, com isso, a crença na ordem social. As raízes do fascismo estão, de fato, na dissolução da economia capitalista e do Estado burguês. (ZETKIN, 2019, p. 37)

Ao passo em que,

Os socialistas reformistas impulsionam uma política de coalizão cujos custos foram suportados não apenas por proletários e assalariados, mas também pelos funcionários públicos, os intelectuais e os níveis mais baixos e intermediários da pequena-burguesia de todo tipo.

Essas camadas carecem, em geral, de qualquer educação teórica, histórica ou política. Sua simpatia pelo socialismo reformista nunca foi profundamente enraizada. Portanto, assim que as coisas mudaram, perderam sua fé não apenas na direção reformista mas também no próprio socialismo. (...) A esses burgueses decepcionados como o socialismo juntaram-se forças proletárias. Todos os desiludidos - de origem burguesa ou proletária - contudo, abandonam uma força intelectual preciosa que permitiria a eles vislumbrar um futuro de esperança e luz para além do presente sombrio. Essa força é a confiança no proletariado como a classe que reconstruirá a sociedade. (ZETKIN, 2020, p. 39-40)

Retomando Fraser, para compreender como se dá tais questões postas por Zetkin na atualidade, a mesma busca identificar justamente como o reformismo contemporâneo atua de forma a garantir financeirização da economia. A autora aponta, portanto, que não era mais possível a continuação de uma política do *New Deal*, em especial frente a vasta gama de movimentos sociais que surgiram com a chamada “Nova Esquerda”. Assim,

Para que o projeto neoliberal triunfasse, tinha que ser reembalado, receber um apelo mais amplo e ligado a outras aspirações emancipatórias não econômicas. Somente quando adornada como progressista é que uma economia política profundamente retrógrada poderia se tornar centro dinâmico de um novo bloco hegemônico (FRASER, 2020, p. 41)

Surgindo os “Novos Democratas” (no cenário norte americano) que, por meio da política de identidade, constroem uma política superficial de emancipação por meio do endividamento (programa de créditos especiais) das mulheres, negros, LGBTs e demais parcelas marginalizadas da sociedade. Tal processo nos permite concluir que

O programa neoliberal progressista para uma ordem “mais justa” não visava abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderar” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. Esse ideal é inerentemente específico a uma classe, voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” possam alcançar posições e estar em pé de igualdade com os homens brancos e heterossexuais de sua própria classe. (FRASER, 2020, p. 42)

Hoje, contudo, já conseguimos medir o fracasso de tal política na medida em que ela

No lugar de um bloco histórico que havia unido com êxito, por várias décadas, trabalhadores organizados, imigrantes, afroamericanos, classes médias urbanas e algumas frações do grande capital industrial, forjaram uma nova aliança de empresários, banqueiros, suburbanos, “trabalhadores simbólicos”, novos movimentos sociais, latinos e jovens, mantendo o apoio dos afroamericanos, que sentiam não ter outra alternativa. (FRASER, 2020, p. 44)

o que acabou por resultar, frente ao ritmo acelerado de desindustrialização, na proliferação de subempregos cada vez mais precários e no endividamento e queda do padrão de vida destes, abrindo margem para este vácuo político de representação ocupado pelos novos movimentos de extrema direita.

Compreendendo que o estudo de Fraser diz respeito à busca de identificar as leis gerais que regem o ser social, hoje é possível a análise do surgimento do sentimento de “anti-petismo”, uma das bases do bolsonarismo, dentro deste mesmo bojo. O golpe parlamentar de 2016 que retirou da presidência o maior partido do campo progressista neoliberal do cenário atual da política brasileira - o Partido dos Trabalhadores (PT) - representou um marco em nossa história política. Mauro Iasi (2019), professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), defende que este evento representou o fechamento de um ciclo político iniciado na reabertura democrática de forma que presenciemos a falência da tese construída nos anos 1970 de que havíamos superado o prussianismo da formação social brasileira possibilitando, assim, mudanças da correlação política.

A própria ditadura teria gerado as bases para um processo que levava além dos limites da forma política tradicional que havia até então marcado nossa formação social, isto é, o fato de um Estado forte se impor a uma sociedade civil fraca e gelatinosa. A passagem para o “capitalismo monopolista de

Estado” exigiria um conjunto de mediações entre a sociedade e o Estado que acabaria por fortalecer a sociedade civil burguesa, mudando qualitativamente a correlação de forças entre as classes, o que poderia fortalecer o avanço dos trabalhadores e suas demandas, diminuindo, proporcionalmente, a capacidade da burguesia de manter o Estado como instrumento exclusivo de seus interesses. (IASI, 2019, p. 419)

Para que tal evento fosse possível ocorreu uma mudança, ainda segundo Iasi, na concepção do terreno em que a luta política deveria ocorrer - consolidando a estratégia da disputa política nos marcos da institucionalidade do Estado democrático de forma a neutralizar os instrumentos coercitivos da ordem burguesa. Fato é que a burguesia no pós ditadura construiu e aplicou um projeto, que vimos e acompanhamos sua realização, de abertura política lenta e gradual de forma que o restabelecimento da democracia não significasse o rompimento de suas estruturas de poder. Assim, com a desarticulação dos movimentos sociais progressista por meio da cooptação destes para a institucionalidade, abriu-se um espaço para a construção de um discurso político que atendesse os anseios vivenciados por uma classe média que conquistou o seu poder aquisitivo nos últimos vinte anos e, com o agravamento da crise de 2008, viu-se movendo socialmente para baixo. Portanto,

(...) as determinações da via prussiana e da autocracia burguesa no Brasil (...) não foram alteradas pelo equilíbrio conjuntural da luta de classes nos anos 1980 e 2000, de maneira que, no que lhe é fundamental, a forma política brasileira continua sendo um Estado burguês que tem por principal característica organizar o domínio de uma pequena parte da sociedade (na origem uma aliança burguesa oligárquica que se desenvolveu para um bloco burguês monopolista em aliança com o imperialismo e o latifúndio, culminando num bloco monopolista em seus diferentes segmentos com o capital imperialista) sobre a maioria da população, dos trabalhadores e demais segmentos explorados pela ordem capitalista burguesa, que só podem chegar a uma inserção precária na ordem democrática, nos termos de uma democracia de cooptação ou restrita. (IASI, 2019, p. 420-421)

Dessa forma, mesmo alterando a forma de governo, tal estratégia política não foi capaz de alterar a correlação de forças, visto que a mesma manteve-se aliada à termos do capitalismo dependente e do imperialismo.

É inegável que o PT nasceu no meio das lutas dos trabalhadores dos anos 1970 e 80. Contudo, na medida em que o mesmo passa a adotar para si um programa que tem como estratégia a luta política no campo da institucionalidade, este passa cada vez mais a abrir mão de um programa revolucionário em nome de alianças que o permitisse participar das disputas institucionais. Dessa forma, vemos gradualmente a aproximação do partido à setores e quadros burgueses na construção de uma frente nacional neodesenvolvimentista. Armando

Boito Jr e Tatiana Berringer (2013), professores da USP e UNICAMP respectivamente, nos demonstram a o que possibilitou tais aproximações. Para eles,

A grande burguesia interna, força dirigente da frente neodesenvolvimentista, encontra-se distribuída por diversos setores da economia – indústria, mineração, construção pesada e a cúspide do agronegócio que são as empresas exportadoras de produtos agropecuários. O que unifica essas grandes empresas é a reivindicação de favorecimento e de proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro. A chamada globalização não produziu, ao contrário do que defendem alguns autores, uma burguesia mundial homogênea. Pois bem, a priorização dos interesses dessa fração do grande capital interno pelo Estado brasileiro nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff aparece em inúmeros aspectos da política econômica. Um elemento fundamental é a busca de superávits na balança comercial, que favoreceu enormemente o agronegócio, a mineração e outros setores ligados à exportação de produtos agropecuários e de recursos naturais. A política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma poderosa instituição financeira estatal que passou incólume pela onda de privatização da década de 1990, passou a contar com um orçamento muitas vezes maior do que aquele de que dispunha na década de 1990 e passou a priorizar um reduzido número de grandes empresas predominantemente nacionais como receptores dos programas de empréstimos a juros subsidiados. (BOITO JR; BERRINGER. 2013. p 32)

Ao passo em que,

No campo das classes dominadas, o operariado urbano e a baixa classe média, por intermédio do sindicalismo e do Partido dos Trabalhadores (PT), têm uma participação organizada na frente neodesenvolvimentista. Essas forças foram, na verdade, as forças que criaram aquele que iria se tornar o instrumento partidário dessa frente – o PT. O que se passou desde então foi que esse partido, que lutava, ao longo da década de 1990, pela implantação de um Estado de bem-estar social no Brasil e pelo reforço do capitalismo de Estado, esse partido foi atraído pela grande burguesia interna, que vinha fazendo crítica moderada ao neoliberalismo, e, na virada da década de 1990 para a década de 2000, mesclando sua tradição de origem com a insatisfação burguesa, converteu-se, de modo empírico e marcado pelas circunstâncias, no criador e no instrumento partidário do neodesenvolvimentismo. O operariado e a baixa classe média continuaram presentes no PT apenas que, agora, ocupando a posição de base social, mas não mais de força dirigente desse partido. (BOITO JR; BERRINGER. 2013. p 33)

O desenrolar dessa política levou à construção de um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”, termo defendido por Reinaldo Gonçalves (2012). Segundo o autor, o Nacional-Desenvolvimentismo (ND) baseia-se no fortalecimento da indústria nacional por meio da substituição de importações, impulsionado pelo intervencionismo estatal e por uma postura nacionalista. Essa estratégia visa proteger a economia brasileira das investidas estrangeiras, o que não ocorreu nos governos petistas. Para ele, Lula e Dilma não

promoveram uma ruptura significativa com as elites econômicas do país, mas apenas reorganizaram sua posição diante do avanço da agenda neoliberal.

No plano estratégico, Gonçalves argumenta que o ND busca reduzir a dependência da exportação de *commodities*, uma vez que seus preços são altamente voláteis e não garantem segurança financeira. Esse processo deveria estar atrelado ao investimento em novas tecnologias e à priorização do capital nacional em detrimento do estrangeiro. No entanto, devido a composição política de tal frente, o autor demonstra que os governos petistas adotaram uma política nacional-desenvolvimentista “com o sinal contrário”, ou seja, reforçando a subordinação do Brasil ao capital internacional em nome da participação de setores primários da economia, em especial o agronegócio, na base do governo.

Gonçalves apresenta que ocorreu, também, a desindustrialização da economia brasileira durante os governos petistas ao demonstrar que a indústria de transformação, por exemplo, teve uma redução de investimentos de 2% ao longo de oito anos, tornando-se o setor produtivo com menor crescimento no PIB no período. Enquanto a indústria avançava menos de 3%, o agronegócio crescia quase 6%, na contramão da tendência global de reinvestimento na primeira. Como consequência, o Brasil se consolidou como importador de produtos industrializados enquanto sua economia passou a girar em torno da exportação de *commodities*. Esse movimento coincidiu com o *boom* dos preços das *commodities* no mercado internacional, reforçando a centralidade que o agronegócio assumiu no início da década de 2010.

O fortalecimento do agro reduziu o incentivo à inovação tecnológica, já que o setor não exige grandes avanços nesse campo. Isso levou a um aumento significativo da importação de tecnologia, que dobrou no período analisado. Na prática, essas decisões políticas atraíram capital estrangeiro para setores como o agronegócio, a mineração e a extração de petróleo. Como resultado, entre as cinquenta maiores empresas do Brasil, vinte e seis eram estrangeiras à época da pesquisa. Paralelamente, ocorreu um processo de financeirização da economia, impulsionado por altas taxas de crédito que garantiram a rentabilidade dos bancos e favoreceram a concentração de capital. Dessa forma, a economia brasileira se afastou de um projeto anti-imperialista e reforçou sua dependência do capital externo. O autor sintetiza, portanto, que

Este resultado tem sérias implicações quanto à trajetória futura do país. Conforme discutido, o ND tem como eixo estruturante a redução da vulnerabilidade externa estrutural. Na medida em que o Governo Lula implementa o ND com “sinal trocado”, ele reduz a capacidade estrutural do Brasil de resistir a pressões, fatores desestabilizantes e choques externos. (...) Em consequência, lança-se o país em trajetória de longo prazo de

instabilidade e crise no contexto de crescente globalização econômica. Ou seja, durante o Governo Lula são cometidos erros estratégicos que comprometem estruturalmente o desenvolvimento do país no longo prazo. (GONÇALVES. 2012. p 24)

Compreender o fracasso de tal experiência democrática de cooptação só é possível mediante à retomada do estudo da formação social brasileira - haja vista que esta é responsável pela constituição das instituições políticas de nosso país. Iasi apresenta que

Uma vez que o chamado período de democratização correspondeu a um aprofundamento, e não a uma relativização do capital monopolista e da dependência, se produz um paradoxo, isso é, a forma democrática do Estado burguês tinha que se efetivar nas condições não superadas da dependência, o que implica na superexploração da força de trabalho e das consequências incontornáveis para a maioria da população, que se expressam na dramaticidade da questão social no Brasil. (IASI, 2019, p. 421)

SOCIABILIDADE, INSTITUIÇÕES E SISTEMA MUNDO - UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DEPENDÊNCIA

Compreender, dessa forma, a condição de dependência do Brasil dentro do Sistema-Mundo se faz central para que possamos construir caminhos para a superação desta. Mészáros (2002), filósofo húngaro, é um dos nomes que busca realizar um estudo sobre a constituição deste sistema. Para o autor, o Capital está para além de uma entidade material, mas se apresenta como um sistema que foge do controle humano por ser uma estrutura - “e a mais poderosa já vista na história” (MÉSZÁROS, 2002. p 96) - totalizadora, fazendo com que absolutamente tudo na sociedade só possa existir caso prove a sua viabilidade produtiva, ou seja, seja passível de se integrar no sistema de trocas comerciais. E, nesta necessidade de tornar tudo mercadoria, acaba por se tornar um sistema repressivo, surgindo uma estrutura de comando com uma série de ordenamentos jurídicos próprios do Capital que obriga a sujeição de toda a sociedade à lógica do mercado - o Estado. Essa sujeição se dá por meio do local que tal indivíduo terá dentro da cadeia produtiva, ou seja, na divisão do trabalho. Mészáros aponta que, agora sob o Capital, essa divisão não será mais técnica, mas, de controle político - gerando as classes sociais.

Efetivamente, o sistema do Capital é movido tendo em vista a acumulação, o que promove, ao mesmo tempo, um dinamismo e uma incontornabilidade visando sua expansão e submissão de tudo na sociedade a teoria da “forma-valor”. Assim, o Capital conseguiu superar todos os obstáculos que encontrou em seu caminho e se tornou um sistema de dominação global - só sendo possível tal evento pois, com a degradação do sistema feudal, houve a quebra da organização da sociedade baseada na auto-suficiência e, com isso, a

transformação da circulação de forma a pautar a produção e redefinir o carácter da mesma, criando um fetichismo, que será um modo específico de controle sociometabólico. Assim, superando a autossuficiência, o Capital se organiza de modo a garantir a maior extração do trabalho excedente já vista na história por meio da criação da ideia de trabalho livre. Essa forma se tornou tão complexa pois consegue esconder o peso da dominação sob a configuração de uma ideia de igualdade e liberdade dos sujeitos, internalizando uma dominação política sobre estes - a ideia de cidadãos livres.

Portanto, o comércio - atividade preexistente ao capitalismo - só passa a ser Capital comercial a partir do momento em que o primeiro passa a ser vinculado à uma lógica de troca de mercadorias visando o lucro e não mais de trocas de subsistência, transformando o excedente da produção em mercadoria. Logo, passa a ser utilizado para aumento da riqueza em prol de uma única pessoa. Assim, o comércio se torna central para a organização e sobrevivência de organizações societais, pois, é por meio do comércio que se institui uma nova rede de interação entre os membros de uma sociedade. Portanto, o comércio - um agente exterior - passa a ditar as regras da forma de produção e, compreendendo que as sociedades se organizam em torno da realização de trabalho, ou seja, da produção, a lógica comercial passa a ser a lógica da produção. Constroi-se, portanto, uma sociabilidade voltada para a comercialização de mercadorias.

O fato de a produção, logo, o desenvolvimento de trabalho, ser o elo de ligação de uma sociedade não pode ser compreendido enquanto uma questão menor. A questão do trabalho é central para nosso entendimento aqui haja vista seu carácter duplo: ao mesmo tempo em que a necessidade de sua organização é um dos motores da organização da sociedade é por meio deste que o homem se realiza plenamente. Ou seja, por meio da atividade produtiva o homem é capaz de se conhecer e conhecer a realidade ao seu redor ao passo que, na necessidade de superar suas dificuldades, adquire consciência de si e de sua realidade de forma a buscar a superação destas. Assim, temos claro que a materialidade diz respeito às várias dinâmicas sociais que surgem mediante ao processo histórico de produção e reprodução da vida material. José Paulo Netto (2011), professor da UFRJ, resume que

o ser social - e a sociabilidade resulta elementarmente do trabalho, que constituirá o modelo da práxis - é o processo, movimento, que se dinamiza por contradições, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade e novas contradições impulsionam outras superações. (NETTO, 2011, p. 31)

o que nos permite identificar o movimento da dialética na sociedade. Mas, mais do que isso, coloca a teoria marxista dentro da defesa da ontologia. A ontologia no pensamento de Marx

se encontra justamente na categoria *Trabalho*, pois este o núcleo da contradição das sociedades que permitirá o surgimento de novas e infinitas formas. Segundo o próprio Marx (2023):

O uso e criação de meios de trabalho, embora já existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano, razão pela qual Franklin define o homem como “*a toolmaking animal*”, um animal que faz ferramentas. A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com quais meios de trabalho”. Estes não apenas fornecem medida do grau de desenvolvimento da força de trabalho, mas também indicam as condições sociais nas quais se trabalha. (MARX, 2023, p. 257)

Um dos nomes que buscam discutir e atualizar tal debate dentro do marxismo é o antropólogo estadunidense David Graeber (2024). Em seu estudo, o autor se propõe a contrapor a ideia da naturalização do capitalismo - que o entende como algo intrínseco à natureza do homem e do comércio. Assim como Mészáros, Graeber, esse último se valendo dos estudos de Ellen Wood, compreende de outra forma o surgimento do Capital e do capitalismo. Para esse grupo de autores, o Capital surge graças a fatores históricos específicos que possibilitam a formação de tal forma social - que se realiza pelo capitalismo. Assim, “O capitalismo não é um estado de espírito, mas uma questão de estruturas objetivas, que permitem que a riqueza e o poder sejam traduzidos em formas abstratas nas quais podem ser infinitamente expandidos e reproduzidos.” (GRAEBER, 2024, p. 16).

Compreender a centralidade da produção enquanto fator de constituição de determinadas formas sociais é fundamental para estudarmos as formas de reprodução deste sistema. Ainda Graeber defende que

A produção de riqueza foi sempre vista não como um fim em si mesmo, mas como um momento subordinado de um processo maior que, em última instância, visava à produção de pessoas. (...) Em *A ideologia alemã*, Marx já havia sugerido que a produção de objetos é, simultaneamente, sempre a produção de pessoas e relações sociais. Aqui, ele observa que, em última análise, não são os objetos que interessam. O capitalismo e a “ciência econômica” podem nos confundir a pensar que o objetivo final da sociedade é simplesmente o aumento do PIB nacional, a produção de cada vez mais riqueza, mas, na realidade, a riqueza não tem sentido a não ser como um meio para o crescimento e a autorrealização dos seres humanos. (GRAEBER, 2024, p. 18)

Assim,

Estruturas simbólicas - (...) - que tendem a se repetir também em rituais complexos, formas de expressão artística ou concepções da natureza do cosmos como um todo, mas que estão, em última análise, embutidas nessas mesmas estruturas de ação. Em outras palavras, nunca estamos lidando com

ideias puras e abstratas, assim como nunca estamos lidando com produção puramente mecânica. Pelo contrário, a própria ideia de que existem ideias puras ou ações materiais irracionais é uma ideologia cujas operações precisam ser investigadas. (GRAEBER, 2024, p. 20)

Compreender a materialidade de tais relações escancara uma contradição em que

Costuma-se dizer que a noção central do modernismo é que os seres humanos são projetos de autocriação. O que estou argumentando aqui é que somos de fato processos de criação, mas que a maior parte da criação é normalmente realizada por outros. Também estou argumentando que quase todos os desejos, paixões, compromissos e experiências mais intensas na vida da maioria das pessoas - dramas familiares, intrigas sexuais, realizações educacionais, honra e reconhecimento público, esperanças para seus filhos e netos, sonhos de posteridade depois de mortos - têm girado precisamente em torno desses processos de criação mútua de seres humanos, mas que o mecanismo da criação de valor tende a disfarçar isso postulando alguma esfera superior, seja de valores econômicos seja abstrações idealistas. Isso é essencial para a natureza da hierarquia e quanto mais hierarquizada a sociedade mais isso tende a ocorrer. (GRAEBER, 2024, p. 24)

Maicon Cláudio (2024), doutor em Economia Política pela Universidade Federal Fluminense, ao apresentar um estudo sobre o caráter da dependência da América Latina na constituição do sistema mundo se apoia no boliviano, e ex vice presidente de Evo Morales, Álvaro García Linera para apresentar que a forma valor é onde se encontram as determinações da formação da sociedade política. Assim como Mészáros, Linera apresenta que a lógica de produção, ao menos no continente americano antes da chegada do europeu, se pautava em uma sociabilidade comunitária, logo, direta e sem mediações que se manifesta pelo carácter social dos produtos e funções de cada indivíduo. Portanto, o que os une é se enxergarem um no outro - daí o papel que as religiões terão nestes modelos pré-capitalistas, já que estas representam a força produtiva responsável por reforçar tal sentimento de pertencimento (SILVA, 2024). Contudo,

Nas sociedades estruturadas pela forma valor a situação é diferente, Os trabalhos individuais não se apresentam diretamente como trabalhos sociais, como trabalho distribuídos coletivamente entre os membros da sociedade em atenção às suas necessidades, muito menos como um produto social. Impera, ao contrário, a indiferença e descoordenação entre indivíduos produtores. Mas, diferentemente da forma comunidade, em que o produto satisfaz diretamente o produtor, na forma valor, esse, enquanto valor de uso, não satisfaz seu produtor direto, e para realizar-se necessita satisfazer a necessidade do outro. (SILVA, 2024, p. 161)

Assim,

A mercadoria se constitui, portanto, como um vínculo material abstrato entre os indivíduos, entre os produtores e os demais. Nela se encontra a afirmação material das recíprocas necessidades determinadas socialmente.

De fato, a mercadoria define a superação da individualidade do corpo produtivo (familiar, comunal, de classe etc.) autossuficiente. (SILVA, 2024, p. 162)

Maicon reforça que durante o processo de ampliação da forma-valor ocorre a destruição de formas anteriores de sociabilidade ao passo em que, agora, frente a dialética dos movimentos, os indivíduos não possuem mais um sociabilidade definida - o que permite com que a forma-valor se prolifere pela autoconstrução de um “eu” coletivo (SILVA, 2024). Com a separação dos produtores dos meios de produção, em especial a terra, ocorre um processo de “vacância ideológica” que é substituída pela *Hybris* de um mundo coletivo, ultrapassando um carácter local e estabelecendo uma forma universal. Quem melhor explica tal processo é o historiador paulista Antonio Carlos Mazzeo (2015) quando apresenta que

O carácter universal da produção, de amoldar-se às diversas situações concretas, é ressaltado por Marx, quando afirma que a produção não é somente particular. Ao contrário, é sempre um organismo social determinado, um sujeito social que atua em conjunto mais ou menos grande, mais ou menos pobre, de ramos de produção; quer dizer, a produção socialmente dada articula-se com formas particulares socialmente dadas de produção.

A produção capitalista, ao reproduzir sua própria existência de forma contínua, desintegra, reintegra ou cria novas realidades (particularidades) para se autorrepor. (MAZZEO, 2015, p. 68)

Ao passo em que

Em Marx, a relação dialética entre o universal e o particular é a forma concreta de sua relação, caso a caso, em situações historicamente determinadas, com respeito a uma determinada relação de estrutura econômica, assim como descobrir o grau e em que direção as alterações históricas modificam esta dialética. Nessa perspectiva, podemos entender como se estabelece a relativização dialética do universal e do particular. Em determinados momentos históricos eles aparecem integrados e articulados, concomitantemente; em outros o universal se especifica ou ainda pode surgir como particular. Pode ocorrer, também, que o universal se dilate e assume a particularidade ou que uma particularidade anterior se desenvolva até a universalidade etc. Desse modo, o particular não é mais do que a forma de se exprimir das categorias que modelam a singularidade e a universalidade, e por isso é a parte constitutiva da totalidade. Assim, o particular coloca-se com toda sua dimensão, ora com o universal, ora com o singular. A dialeticidade entre o singular e o universal é sempre mediatizada pelo particular. E o particular é um elemento intermediário real, quer na realidade objetiva, quer no pensamento que a reflete de modo aproximadamente adequado. O particular - a concretude - é que realiza a mediação entre os homens singulares e a sociedade em geral (o modo de produção em geral). (...)

É na mediação entre a particularidade e a universalidade que se estabelecem as concreções do modo de produção geral - o capitalismo. Assim, a particularidade, enquanto concreção da universalidade, não é mais do que a própria formação social. (MAZZEO, 2015, p. 71)

Dessa forma, tanto Mazzeo quanto Silva compreendem que a particularidade da formação capitalista na América se dá pelo processo de colonização, que destrói em um ritmo acelerado as formas comunitárias que existiam aqui em nome da construção de estruturas formadas para atendimento das necessidades do Capital em globalização. Assim, o território aqui passa a ser ocupado somente mediante a possibilidade de produção de forma-valor para atender as demandas das redes comerciais ultramar. Portanto,

Historicamente a América Latina contribuiu para a generalização da forma valor em território europeu e para a formação do mercado mundial. Nesse processo ela reforçou o caráter universalista da forma valor. Isso, contudo, foi feito em detrimento do caráter localizador. Ou seja, a articulação da América Latina com o exterior, que foi levada ao extremo, não se fez acompanhada de uma articulação interna entre as diferentes regiões do subcontinente. (SILVA, 2024, p. 165)

Ao passo em que,

(...) uma vez que a ocupação territorial foi realizada segundo os interesses econômicos europeus, a penetração da forma valor no território latino americano se deu de modo bastantes heterogêneo, privilegiando regiões propícias a produção de mercadorias necessárias à Europa e marginalizando áreas de difícil acesso ou sem interesse produtivo imediato. De fato, algumas regiões do continente foram efetivamente incorporadas na órbita da mercadoria apenas após independências e coube aos Estados independentes incorporá-las. (SILVA, 2024, p. 166)

identificando, assim, uma particularidade do Estado latinoamericano: será ele que assumirá a tarefa de expansão das fronteiras internas e transformação das antigas formas na lógica da forma valor, ao mesmo tempo em que as oligarquias em torno deste impedem o acesso aos meios de produção, em especial a terra, aos novos integrantes da nova sociedade política movida pela acumulação.

Tal empreendimento de estabelecimento das fronteiras internas só foi possível via Estado pois demandava um grande capital inicial, que estava fora da viabilidade financeira de qualquer capital privado. Fato é que, embora ocorra o desenvolvimento nestas regiões, o mesmo vai se dar por meio de uma dependência tecnológica já que terá de ser importado para estas terras, além da mão de obra, o conhecimento sobre a produção. Assim, Maicon apresenta uma tendência em que empresas estrangeiras realizam o processo de produção de mercadorias nos principais setores dos países latino americanos, de forma a reforçar estruturas centrífugas do sistema mundo em formação, gerando uma superexploração nestes espaços . Logo,

(...) as marcas da superexploração da força de trabalho se fazem visíveis do ponto de vista da conformação dos mercados. Na medida em que a superexploração implica: que não se remunere a força de trabalho pelo seu

valor, [se] acarreta a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores e [se] restringe a possibilidade de realização desses bens, de modo que a produção de bens-salários é debilitada e o mercado interno vê o seu papel reduzido ao segundo plano âmbito da economia latino-americana. (SILVA, 2024, p. 169)

Como visto acima, o surgimento de uma sociabilidade específica e consolidação de um bloco hegemônico se dá mediante à realização material do processo produtivo. Sendo, dessa forma, o Estado uma organização político-jurídica que surge do processo de construção de hegemonia de uma classe, este, por sua vez, será constituído de maneira a articular a sua continuidade enquanto exploradora legítima de determinada comunidade. Silva continua e demonstra que

(...) o contexto reprodutivo dos países economicamente subdesenvolvidos só se completa através de sua vinculação com o circuito econômico das metrópoles, o que tem consequências decisivas do ponto de vista da estrutura de classes e da formação do Estado, já que as classes dominantes de um determinado país periférico só se completam com uma fração 'externa' da burguesia composto por aquelas partes da burguesia das metrópoles que aí detenham o controle. (SILVA, 2024, p. 170)

Ao passo em que, “(...) o Estado na América Latina terá como característica central que o diferencia do Estado burguês europeu, ser muito mais a expressão dos interesses das classes dominantes do que a expressão da relação entre esses interesses e os das classes dominadas.” (SILVA, 2024, p. 170).

Para compreender o que tal questão representa na prática política, é importante trazeremos o pensamento do jurista brasileiro Rubens Casara (2021). Para ele, todo poder é exercido a partir de determinada visão sobre o mundo (e vimos que está é construída mediante a materialidade que envolvem as relações de produção), portanto, para que possa ser efetivado, uma nova forma de poder necessita de realizar uma *revolução cultural* de forma a construir uma racionalidade específica - que determinará os limites do absurdo do exercício do poder sobre o outro e do que poderá ser aceito enquanto comunidade. Assim,

A depender da racionalidade hegemônica o poder pode ser exercido de várias maneiras, a partir de formas, intensidades e modalidades bem distintas. Também a efetividade do controle do poder está relacionada com a racionalidade hegemônica que condiciona a atuação das pessoas e das instituições que teriam a possibilidade de impor freios ao arbítrio e à opressão. (CASARA, 2021, p. 32)

Assim,

Para além de identificar as escolhas políticas dos governantes, que são muitas vezes disfarçadas de medidas técnicas, torna-se, portanto, importante identificar a racionalidade que condiciona o exercício do poder nas diversas agências estatais (Congresso, ministérios, Poder Judiciário, Ministério

Público etc.). Em outras palavras, é fundamental entender a racionalização que leva à prática governamental e, não menos importante, compreender o modo como se dá o uso (e o abuso) do poder na sociedade e a maneira como o cidadão percebe o exercício do poder na prática governamental concreta. (CASARA, 2021, p. 43)

Cassara, por sua vez, ainda busca identificar o que vem a ser o Estado, onde efetivamente se dá a *razão de Estado* descrita acima. Para ele

O Estado é, sobretudo, aquilo que se exterioriza através de uma certa maneira de governar ou, mais precisamente, de uma determinada maneira de exercer o poder por determinadas pessoas em uma determinada sociedade. O fato do Estado, ao longo da história, ter servido à manutenção do sistema capitalista, permite identificar uma forma jurídica e uma maneira de exercer o poder político que faz dele um instrumento voltado à manutenção de um determinado modelo político e econômico, que mira na preservação da propriedade privada, no funcionamento do livre-mercado, na manutenção da lógica da concorrência e no enriquecimento dos detentores do poder econômico. O Estado que hoje precisa ser pensado e compreendido é o Estado capitalista. Poderia ter sido diferente, mas não foi. É o Estado concreto, como ele funciona e a quem ele atende, que merece uma abordagem crítica. (CASARA, 2021, p. 49)

Compreender a forma política que se estrutura no continente americano frente à sua particularidade histórica de formação colonial em torno da posição de dependência no sistema mundo só é possível mediante ao entendimento do papel da violência nestes espaços. Silva, por exemplo, trás que “A violência, portanto, é uma forma não mercantil de formação de intersubjetividade, sem dúvida a mais dramática.” (SILVA, 2024, p. 170). Ao mesmo tempo, retomando Graeber, o mesmo apresenta que

A violência é uma forma de ação realmente singular porque é praticamente a única dessas formas em que se logra efeitos relativamente previsíveis sobre as ações dos outros sem entender nada sobre eles. De qualquer outra forma que alguém queira influenciar os outros é preciso pelo menos saber ou descobrir quem eles pensam que são, o que querem, o que acham censurável etc. Bata na cabeça deles com força suficiente, tudo se torna irrelevante. Por isso, a violência é comum nas relações entre sociedades, mesmo aquelas que não são marcadas por uma elaborada violência estrutural interna. No entanto, a existência de violência estrutural - hierarquias sociais apoiadas por uma ameaça sistemática de força - quase invariavelmente cria formas de ignorância interna: não mais é necessário realizar esse tipo de trabalho interpretativo e, de modo geral, quem está no topo sabe muito pouco sobre o que os de baixo pensam que está acontecendo. (GRAEBER, 2024, p. 25)

Para pensar a construção da violência enquanto forma do fazer política no espaço da América colonial é fundamental procurar fazer aproximações com os estudos da filósofa latina Maria Lugones (2020). Ela é responsável por aprofundar o pensamento de Aníbal Quijano e nos apresenta que, para além da questão racial, o processo colonial foi responsável pela construção de uma forma de controle de acesso ao sexo, autoridade coletiva e trabalho

com bases na reprodução da modernidade europeia construída em um binarismo “Luzes X Trevas”. Assim, entendendo que a base cultural europeia é o Cristianismo que cultua o supremo masculino, constroi-se um sistema de gênero binário em que o sexo biológico determina os espaços que o indivíduo poderá acessar na sociedade, destruindo formas de exercício de poder anteriores ao produzir uma nova hierarquia social. Portanto,

Esse sistema de gênero se consolidou com o avanço do(s) projeto(s) colonial(ais) da Europa. Ele começa a tomar forma durante o período das aventuras coloniais da Espanha e de Portugal e se consolida na modernidade tardia. (...) O sistema de gênero é heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado da produção – inclusive de conhecimento – e da autoridade coletiva. (LUGONES, 2020, p. 78)

Ao passo que, “Conceber o alcance do sistema de gênero do capitalismo eurocêntrico global é entender até que ponto o processo de redução do conceito de gênero à função de controle do sexo, seus recursos e produtos, constitui a dominação de gênero.” (LUGONES, 2020, p. 76). Dessa forma, o Estado latinoamericano se constroi sob forte presença da violência de gênero, da perseguição ao feminino e de articulação do patriarcado.

CAPITANIAS HEREDITÁRIAS COMO PARTICULARIDADE HISTÓRICA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Pensando tais questões frente a particularidade brasileira, Mazzeo (2015) remonta a conjuntura europeia e aponta sobre como o avanço das manufaturas portuguesas, em especial do vinho e azeite, refletiam um aumento dos mercados consumidores. Mais do que isso, podemos compreender essas como resultado de uma mudança na forma de circulação da mercadoria, que haviam aumentado, e encontra uma série de dificuldades, seja de matéria prima ou seja de mão de obra, que não a farão dar conta do ritmo da mudança - existindo um descompasso entre as velocidades de produção e capacidade real de produção. Assim, encontrando dificuldades de avanços, o Capital apela para formas de trabalho forçado de forma a dar vazão às suas necessidades. Contudo, frente ao assalariamento e mudanças nas formas feudais de organização da sociedade, não é possível uma segunda onda de servidão na Europa, sendo a América o espaço que permitiria tal - ressurgindo uma forma escravista, agora sob ótica moderna. Assim, chega-se na síntese do pensamento do autor que apresenta sobre

temos claro que as formações sociais coloniais se apresentam, *já em sua gênese*, como *capitalismos-particulares, desiguais e combinados*, que se articulam com os polos econômicos dominantes da Europa, integrantes,

então do vasto processo de acumulação mundial do capital. (MAZZEO. 2015. p 73)

Pensando no Brasil, o historiador apresenta sobre como o seu elemento particular será organizado na instauração das capitânicas hereditárias. Para ele, essas representam um latifúndio escravista moderno e com práticas e lógica produtiva de vinculação ao sistema mundo, portanto de organização capitalista, sendo responsável não apenas pela produção de uma única mercadoria, mas por se inserir em toda a cadeia produtiva - inclusive na circulação de mercadorias, em especial dos escravos mas não apenas. Buscando dialogar com a obra de Caio Prado Júnior (2012) temos que

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país, (...). Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do que se formou e se desenvolveu. Será essencialmente uma economia colonial, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominaríamos de economia “nacional”, que será a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. (PRADO JR. 2012. p 270)

Com isso, forma-se uma superestrutura também particular com bases nas contradições sociais forjadas pelo novo modo de produção. Mazzeo caminha junto a Gilberto Freyre ao apontar que a colonização na América Portuguesa foi baseada em um núcleo familiar rural, “com maneirismo aristocráticos, mas com uma sede de lucros burgueses” (MAZZEO. 2015. p 79), de forma que

Essa adaptação da sociedade portuguesa no Brasil, vista nesta perspectiva é a nova “síntese” que, dialeticamente, também constroi, a partir do particular-específico-colonial. também uma superestrutura específica, isto é, uma sociedade conservadora, rígida, cuja “classe dominante” - os “aristocratas coloniais” -, pela sua própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros do capitalismo mundial. Como diria Prado Jr., a sociedade colonial é o reflexo fiel de sua base material. Além da grande exploração rural, os donos da terra monopolizam também a riqueza e o poder político. (MAZZEO. 2015. p 79)

Assim, compreender a formação de uma classe política no Brasil é, conseqüentemente, compreender a estruturação do poder na América Portuguesa, o que passa pelo estudo das estruturas administrativas. Caio Prado Júnior (2011) nos apresenta que, recém passado o processo de centralização do poder em torno do monarca, o Estado absolutista português, embora seja uma unidade representada pelo Rei, não permite com que o Rei esteja presente em todo o território do império ultramarino - portanto, da necessidade de

organização da produção e divisão do trabalho nasce uma divisão por meio das condições práticas de cada realidade, não sendo uma administração simétrica da forma como estamos acostumados a vivenciar hoje em dia. Assim, não existe um padrão a ser seguido no que diz a implementação de órgãos e instituições de organização da esfera da administração pública, de forma com que as leis não eram aplicadas de maneira uniforme - podendo as relações concretas seguirem outras formas que não o estabelecidos nos atos legislativos.

Por fim, aponta Prado Jr., que Portugal apenas estendeu a sua própria administração para a América portuguesa e não inovou em novas práticas de forma que a organização da produção por meio das Capitânicas Hereditárias, forma que já era praticada em outras colônias de Portugal, passa a ser a forma de organização da produção no Brasil também. Além disso, aqueles tidos como governadores não efetivamente legislavam sobre a população, mas tinham muito mais funções militares de defesa do território. Não havia, portanto, uma unidade em torno do “Brasil” - mas, Lisboa, que era a administradora central por meio do Conselho Ultramarino, que respondia por todas as questões referentes às colônias portuguesas.

Nessa replicação das estruturas portuguesas reproduziu-se no Brasil o sistema de Câmaras Municipais. Para a historiadora Karla Maria da Silva (2009), professora da Universidade de Goiás, ainda não há um consenso na historiografia sobre estas, contudo, todos os trabalhos partem de um local: que a elas foram entregues variadas responsabilidades das quais afetam diretamente a produção e circulação de bens. Assim,

Na América Portuguesa, as Câmaras Municipais possuíam um patrimônio formado, principalmente, por terrenos públicos, edificações, terras aforadas e parte do tributo real, além daqueles tributos de caráter local. Tinham seus cargos preenchidos através de eleições, as quais eram organizadas, em geral, a cada três anos. Nestas eleições, eram escolhidos entre os “homens bons” três ou quatro vereadores, um escrivão, um tesoureiro e um procurador, além de alguns oficiais de câmara, nomeados de acordo com as necessidades. (SILVA, 2009, p. 02)

Caio Prado Júnior caminha na mesma linha quando apresenta que

(...) embora as câmaras tenham uma característica especial que se revela sobretudo sobre o fato de possuírem patrimônio e finanças próprias, e estarem revestidas de uma quase personalidade jurídica, o que não se encontra nos demais órgãos da administração colonial, eles funcionam como verdadeiros departamentos do governo geral, e entram normalmente na organização e hierarquia dele. Mas dada aquela sua característica, e ainda mais a forma popular como que se constituem e funcionam, este contacto íntimo que mantêm com governadores e administradores, as câmaras assumem um papel especial. “Cabeça do povo”, designa o Senado de São Paulo numa representação dirigida em 1798 ao bispo; é por ele que transita a maior parte das queixas e solicitações do povo. Será esta a origem com que contarão mais tarde as câmaras para agir efetivamente como de fato agiram, e intervir, muitas vezes decisivamente, nos sucessos da constitucionalização,

independência e fundação do Império. Será o único órgão da administração que, na derrocada geral das instituições coloniais, sobreviverá com todo seu poder, quiçá até engrandecido. (PRADO JR, 2011, p. 338-339)

Portanto, compreendendo que as estruturas políticas do Brasil se formam em torno da materialidade da relações de produção que são responsáveis por inseri-lo no sistema mundo de forma com que estas se formam na reprodução de estruturas europeias se particularizando na construção de um Estado colonial dependente, o espaço das Câmaras Municipais se fazer um espaço privilegiado para a identificação da racionalidade do poder exercido na colônia, ou seja, as formas de ver o mundo e delimitar os limites da ação do homem. Haja visto a condição de colonialidade do poder, tende-se a afirmar que as mesmas atuarão no sentido de manutenção de uma sociedade binária, patriarcal e racista com forte apelo cristão.

Visto as condições materiais de surgimento da sociedade política no Brasil, essas se constroem por meio de uma série de relações heterogêneas que se davam ao longo de todo o Império Ultramarino. Marcos Aurélio de Paula Pereira (2012), professor da Universidade de Brasília, é quem melhor descreve, ao estudar o processo de enriquecimento de governadores do ultramar, a constituição de tais tensionamentos políticos. Ser um representante da Coroa na periferia do Império era uma posição que envolvia uma série de controvérsias e questões. Ao mesmo tempo em que o nobre que assumisse tal cargo passava a desenvolver uma série de ações no sentido de seu próprio enriquecimento, ou de sua casa, com compras de terras, escravos e principalmente, pelo comércio, ao retornar à corte, este sempre caía em investigações sobre usura e estavam sempre a frente da possibilidade do degredo - o estudo do professor demonstra que sua realização envolvia uma série de relações entre as diversas redes de influências que se formam em torno da corte e a pessoa a receber o degredo.

Tal questão é central pois demonstra uma tendência apresentada por Mazzeo em que o período de centralização em torno da figura do Rei deve ser compreendido como período de transição haja visto que as novas particularidades - que caminham rumo à universalização - absorvem elementos feudais. Diferente de Perry Anderson, não compreende esse período como uma defesa do velho, mas sim como uma reação ao novo. Portanto, na medida em que estes nobres se aventuraram no comércio do ultramar - como ressaltado por Pereira “De fato, parte da nobreza que ocupava os postos de comando nos domínios ultramarinos enriquecia através de negócios coloniais adquirindo sesmarias, lavras e escravos através do comércio” (PEREIRA, 2012, p. 283) -, ao retornar para uma estrutura de defesa da corte, estes enfrentavam um ordenamento político jurídico que buscava de alguma maneira limitar o

avanço da transformação do comércio em Capital comercial - sendo que o resultado do seu julgamento dependia muito mais da influência de poder que este teria e sua relação com as velhas formas sociais de forma acomodar ambições burguesas numa estrutura social ainda da corte. O segundo autor reforça isso ao demonstrar como, em meados da administração de Dom João V (1689-1750), houve uma tentativa de impedir que os servidores da Coroa se envolvessem em projetos comerciais.

Para ele, constitui-se dois grandes tipos de relações políticas na colônia. Uma primeira se dava em torno das

Redes governativas [que] são compreendidas como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração. Tal articulação combinava as trajetórias dos governantes e oficiais que estavam conectados em uma rede, com as jurisdições estabelecidas dos cargos que detinham. Segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa, esse tipo de rede resultava do entrelaçamento e aproximação de pessoas que ocupavam cargos na administração. Somava-se a isso o modo como esses sujeitos, no exercício de suas atribuições, sabiam aproveitar as oportunidades que os regimentos e os procedimentos de seus postos conferiam-lhes. Daí os sujeitos imersos nessas redes serem considerados transmissores de poder e conhecimento. A historiadora sublinha que a regulamentação dos cargos no ultramar baseava-se na delegação da autoridade e de poderes aos escolhidos como representantes da Coroa no ultramar. (PEREIRA, 2012, p. 296)

Ao passo em que uma segunda seriam as

redes clientelares formadas pela nobreza da terra, pelos homens bons, pelos poderosos locais se articulavam para receber os administradores e demais autoridades procurando cooptá-los e, muitas vezes, mesmo subjugar-los. Não se tratava de um enfrentamento direto contra o Estado, muitas vezes esses poderosos ocupavam postos nas câmaras municipais, fazendo, assim, parte da administração. (PEREIRA, 2012, p 296-297)

A compreensão do surgimento de tais redes sob o entendimento de que a realidade material cria um forma política específica nos permite, ao menos iniciar, um debate sobre a chamada Guerra dos Mascates (1710-1711). Por meio da pesquisa de Pereira vemos que tal evento começou a se desenhar por meio da deposição do governador de Pernambuco à época, Xumbergas,

(...) por uma junta dos principais homens da terra, vereadores e oficiais da Câmara de Olinda. Recebeu voz de prisão dada pelo juiz ordinário em nome do rei. Esse ato se deu no contexto de uma revolta, não de iniciativa popular, mas dos poderosos. Não adentramos no mérito do tipo de revolta que se estabelecia, apenas salientamos como fica latente na composição dos envolvidos na deposição do governador que não se tratava de uma revolta fiscal, mas que se almejava o restabelecimento da ordem tradicional aos olhos dos habitantes da capitania. (PEREIRA, 2012, p. 285)

Isso ocorreu pois, ainda segundo o autor, os revoltosos acusavam o governador de tirania na medida em que o mesmo interferiu

“(...) no funcionamento do judiciário, executou dívidas, sequestrou bens e, além disso, teria embolsado parte do donativo da Rainha da Inglaterra e contribuições para a paz com a Holanda. Também teria embarcado, por sua conta, pau-brasil e permitido o comércio com franceses.” (PEREIRA, 2012, p. 285)

Fato é que, em nome da Coroa, o governador seguinte, Castro e Caldas, interferiu em uma série de redes de interesses que funcionam em torno dos donos das terras, o que possibilitou a constituição de um campo vinculado à defesa do comércio e um campo em defesa da nobreza da terra. Assim,

(...) notamos que as redes clientelistas dos dois governadores expulsos de Pernambuco não foram o suficiente para garantir a governabilidade - sendo esta entendida como reconhecimento e exercício da autoridade do Estado na pessoa dos governantes - quando tais redes entraram em conflito com outras que, também, almejavam o aumento de seu poder político e econômico. Aqui, vemos outra face que, nas periferias do Império, como no centro, as redes revelavam: eram uma base para a resistência contra governos tendencialmente centralizadores. (PEREIRA, 2012, p. 287-288)

O que nos leva a acreditar que, em relação a esse episódio da nossa História Política, os fazendeiros de Olinda, ao perceber o desenvolvimento do comércio por portugueses em Recife, passaram a realizar uma série de ações de modo a impedir o avanço comercial. Isso pois, na medida em que se desenvolve um comércio paralelo de bens que não passasse necessariamente dentro da estrutura de produção dos engenhos impactaria no monopólio produtivo destes senhores da terra - o que diminuiria suas influência políticas.

A formação de tais redes clientelistas, responsável pelo sustento da sociedade política, por sua vez organizou uma estrutura de poder pautada na condição de dependência e hierarquização social. Pereira, por fim, nos demonstra que

Vimos, nos casos dos governadores Xumbergas e Castro e Caldas, que eles enfrentaram a oposição dos poderosos locais que, muitas vezes, estendiam a sombra de seu poder até as câmaras. Mesmo quando houve reclamações e oposição entre os governadores e os poderosos com representação na câmara, não se pode afirmar que se tenham seguido os trâmites normais para alcançar seus objetivos de depor os governantes. A expulsão dos governadores em Pernambuco não foi fruto de um processo que respeitou as jurisdições estabelecidas. Os mencionados expulsos não foram formalmente acusados do crime de lesa majestade pelo Conselho Ultramarino e nem o Conselho, nem os vice-reis levantaram suspeita sobre isso. O que fica evidente nesses casos é que as redes clientelares dos governadores referidos não foram fortes o bastante para enfrentar as demais redes regionais. Não se pode dizer que foi um conflito entre rede governativa e rede clientelar local. Foi mais um conflito de interesses, ou melhor, defesa de interesses dos

poderosos locais ante a ameaça de seu poder econômico e privilégios. (PEREIRA, 2012, p. 297)

Vale ressaltar que,

(...) as redes clientelares não são idênticas em estrutura ou forma de atuação, nem os diferentes atores sociais nelas inseridos almejam os mesmos objetivos ou têm o mesmo comportamento. Do mesmo modo, as trocas dentro das redes são de vários conteúdos e níveis, quase sempre assimétricas e desiguais. Essa assimetria é indício de uma hierarquia na rede e de acesso diferenciado aos recursos disponíveis internos e externos de uma rede. (PEREIRA, 2012, p. 295)

Retomando o pensamento de Mazzeo sobre as condições de formação do setor mais antigo de nossa sociedade política - que acaba por aplicar seus valores por meio da reprodução do senso comum - temos que

A sociedade brasileira, escravista, tendo em seu bojo “colorações” ao gosto aristocrático, será pautada por um conservadorismo extremado, que se expressará tanto nas ideias das “classes dominantes” como em suas práticas políticas-econômicas. Essa tendência conservadora - que em muitos momentos configura-se como verdadeiramente reacionária - da burguesia agrário-mercantil brasileira, liga-se de maneira intrínseca à própria estrutura da forma de produção: rudimentar autocrática e, de certo modo, estagnante. (MAZZEO, 2015, p. 81)

Ao passo em que,

A descoberta do ouro provocará o desenvolvimento de cidades e o surgimento de uma “camada média”, de nítido caráter urbano, e ainda que em número resumido. Mas é a tradicional burguesia agroexportadora, latifundiária e escravista, que sedimenta como poder, em meio às contradições que começam a brotar no bojo da sociedade colonial brasileira já na segunda metade do século XVII, quando o país havia atingido um desenvolvimento econômico bastante considerável, (...). (MAZZEO, 2015, p. 82)

Efetivamente, como apresentado por Mauro Iasi, temos que tal condição ainda se faz presente já que os processos de ruptura que marcam a História Política do Brasil e formação do Estado Nacional demarcaram

A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita a burguesia latifundiária que assume o processo de independência e, posteriormente, crie um aparelho de Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais. Como acentua a historiadora Emilia Viotti, é a aversão às formas democráticas de governo, a desconfiança no povo composto em sua maioria por escravos, que poderiam pôr em xeque a escravidão, fato que levará a “classe dominante” brasileira a contemporizar o máximo possível com a monarquia portuguesa. (...). Essa “articulação pelo alto”, que levou à ruptura com Portugal, à unidade das

frações de classes em luta e à entronização de D. Pedro sem os traumas de uma convulsão social - com a inevitável participação das massas populares-, proporcionou um momento de rearticulação dos grupos em disputa e refletiu a homogeneidade, na qual a maioria dos líderes da independência, da postura de alijar as massas de qualquer processo político-social, confirmando a não existência de divergências fundamentais, no que se refere à visão antipopular e da manutenção de uma economia de vezo colonial, por parte das frações burguesas em disputa. (MAZZEO, 2015, p. 83)

Assim, temos a formação, por meio da colonialidade do poder, de uma elite política reacionária, como já acentuada, mas com uma característica que só pode ser compreendida frente ao caráter de dependência da formação social deste território dentro do sistema-mundo. Vemos historicamente a aplicação de um programa liberal conservador em que, vinculado aos movimentos e estruturas do Capital globalizado, defende-se uma não nacionalização e impede desenvolvimento da economia ao mesmo tempo em que busca a construção de formas sociais conservadoras - haja visto que estas são o ponto de manutenção, por meio da violência estrutural e, conseqüentemente, institucional do poderio destes -, que se materializam na constante (auto)reprodução do racismo e machismo dentro de nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprofundar tais questões levantadas neste trabalho se faz central para a reorganização da luta dos trabalhadores no Brasil. Hobsbawm (2013) afirma que há um elemento unificador que conecta todas essas questões: o passado - que é uma dimensão permanente da consciência humana. Isso pois, estar inserido em uma comunidade é se localizar frente ao seu passado, mesmo que de forma a rejeitá-lo, pois, efetivamente, este, por meio de mitos e invenções, se torna o elemento de identidade da mesma. Assim

(...) os historiadores se veem no inesperado papel de atores políticos. Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas, como os seminários nos quais o IRA aprendeu a transformar fertilizantes químicos em explosivos. Essa situação nos afeta de dois modos. Temos uma responsabilidade pelos fatos históricos em geral e pela crítica do abuso político-ideológico da história em particular. (HOBBSAWM. 2013. p 19)

Fato é que identificar os padrões e processualidades históricos de uma sociedade, só é possível mediante ao estudo da dominação do homem para com a natureza, ou seja, por meio do trabalho, da criação de tecnologias e organização da produção. Assim, o historiador inglês defende que o estudo da história, para que atinja tais objetivos colocados, só pode ser

pensado enquanto continuidade do local no qual Karl Marx parou - o materialismo histórico -, ao passo que

A história não tem fórmula simples para descobrir as consequências exatas dessa mudanças ou as soluções para os problemas que provavelmente gerará, ou já gerou. Mas ela pode definir *uma* dimensão urgente do problema, a saber, a necessidade de redistribuição social. (HOBSBAWM. 2013. p. 55)

Frente a necessidade de cada vez mais tomarmos para nós o papel de historiadores para além da própria academia, mas de sermos agentes da transformação social, a quadra conjuntural da atualidade não é o melhor cenário para aqueles que lutam pelo fim da exploração do homem pelo homem. Contudo, tais momentos de refluxo do movimento social se fazem importantes para a realização de uma série de balanços críticos acerca de nossa atuação. O presente trabalho, dessa forma, compreende que não é fácil tal construção pois

Isso implica que nossa tarefa é dupla: resistir no momento presente aos ataques contra a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que empreendemos árduo caminho de retomar a compreensão de nossa formação social em busca da estratégia que nos permita superar a ordem do capital em direção à emancipação. Sairemos desta noite como saímos de outras, e uma nova fase de luta se apresentará à classe trabalhadora. Enterramos nossos mortos e parte de nossas ilusões e plantaremos sonhos fértil de luta. (IASI, 2019, p. 436)

No que tange à particularidade da formação social brasileira, esta se estrutura a partir de um modelo de organização da produção que estabelece uma classe política vinculada aos centros do capital internacional. Esse processo ocorre em meio à expansão dos capitais europeus iniciada no século XV, consolidando a América Latina em uma posição de dependência tecnológica e de mão de obra. Nesse contexto, aplica-se os modelos de capitania hereditárias - forma de exploração da terra já utilizada por Portugal em outras colônias - como forma de organização da produção na América Portuguesa. A necessidade de maximizar a exploração do trabalho resultou, além dos números absurdos de escravizados, na constituição de uma organização social marcada pela heterogeneidade, que reproduziu e intensificou múltiplas formas de dominação sob e entre a classe trabalhadora, o que fomenta o não reconhecimento do outro como igual e descaracterização deste enquanto classe.

Dessa forma, estabeleceram-se relações políticas voltadas à manutenção das elites coloniais no poder, as quais, diante do avanço do capitalismo, passaram a ser mediadas por grandes empreendimentos que controlavam a organização da produção no território. Para garantir sua posição de dominação, em um cenário onde a sociabilidade se constroi a partir da mercadoria, consolidou-se um modelo político baseado no clientelismo. Esse arranjo material

possibilitou a formação de uma elite dependente do mercado externo, que, para preservar sua hegemonia, perpetua práticas racistas e machistas. Assim, sendo sua existência atrelada aos interesses do capital internacional, essa elite não apresenta um projeto de desenvolvimento econômico e tecnológico soberano, mas atua permanentemente para garantir a reprodução da dependência. Acompanhamos, se vale citar um único momento da história política recente brasileira, a rápida construção da bancada “BBB” (Boi, Bala e Bíblia) no Congresso Nacional na medida em que se agrava a crise de 2008 e setores vinculados historicamente à exportação passam a enfrentar menores taxas de lucros demonstrando que, ainda hoje, tal elite se articula de modo a garantir o Estado enquanto promotor do seu próprio enriquecimento.

Pensar dessa maneira a condição de emancipação do conjunto da classe trabalhadora no Brasil passa, necessariamente, pela construção de uma revolução cultural que rompa com tais estruturas de poder. A valer da teoria de Mario Mieli (2023), comunista italiano precursor no debate acerca da questão LGBT dentro do marxismo, combater o “poder” masculino é parte central da luta das mulheres e dos LGBTs que demanda o fim do sistema de gênero, visando a construção de um novo ser social que supere tais categorias possibilitando, somente assim, a emancipação da classe como um todo. Frente à particularidade da formação social brasileira apresentada neste trabalho temos que a questão da terra é algo central para se pensar a constituição de determinada elite política que organiza e mobiliza um sistema ideológico em sua defesa. Portanto, pensando caminhos para a superação desta condição, a recolocação da bandeira da Reforma Agrária ao centro do projeto político do campo popular se faz urgente e necessário - de forma a destruir as raízes históricas de tais violências estruturais que marcam a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOITO JR, Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 21, n 47, p 31 - 38

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**: a racionalidade, normatividade e imaginário. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

GRAEBER , David. Virando os modos de produção do avesso: ou, por que o capitalismo é uma transformação da escravidão. **Crítica Marxista**, Campinas, SP, v. 30, n. 57, p. 9–36, 2024.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas. **Revista Soc. Bras. Economia Política**. São Paulo. n, 31, ano 2012, p 5 - 30.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2013. 435 p.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serv. Soc. Soc.** São Paulo. n 136, p. 417-438, set/dez, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. 3ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, I. A ordem da reprodução sociometabólica do Capital. In.: MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p 94 - 124.

MIELI, Mario. **Por um comunismo transsexual: elementos de crítica homossexual**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

NETTO, J P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SILVA, Karla Maria da. O papel das câmaras municipais no Brasil colonial: novas possibilidades de análises. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 2009, Fortaleza. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SILVA, Maicon Cláudio da. O capitalismo dependente e a particularidade do Estado na América Latina. **Marx e o Marxismo**, Niterói, RJ, v. 12, n. 22, p. 157 - 175, jan/jun,2024

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o Fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.